

- **Direito Constitucional e Cidadania**
  - Profa. Dra. Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida

**Carga Horária: 45**

**Horas Créditos: 3**

**Ementa:**

A disciplina se propõe a examinar o desenho constitucional do Estado Democrático de Direito Brasileiro traçado pela Carta de 1988, procedendo-se a um balanço da concretização dos principais direitos e garantias fundamentais assegurados pela “Constituição Cidadã”. Serão objeto de pesquisa e análise os avanços e conquistas, bem como os óbices e retrocessos, para os quais tenham contribuído os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; as funções essenciais da Justiça (Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública); o setor empresarial; a sociedade civil organizada; a coletividade em geral.

A disciplina tem aderência à área de concentração e às duas linhas de pesquisa do Programa de Mestrado em Direito desta instituição, bem como ao Grupo de Pesquisa “Direitos Humanos”, liderado pela Profa. Dra. Daisy Rafaela da Silva e ao Projeto de Pesquisa “Direitos Fundamentais, Jurisdição Constitucional e Cidadania”, sob minha coordenação

**Objetivos:**

O objetivo geral da disciplina é despertar e orientar o aluno para a pesquisa científica, preparando-o e capacitando-o a desenvolver análises críticas em suas atividades docentes e em sua produção científica, acerca do conteúdo programático da disciplina. São objetivos específicos conscientizar o aluno da discrepância entre o Estado Democrático de Direito Brasileiro idealizado pela Constituição de 1988 e a realidade de sua implementação, principalmente quanto à universalização do acesso igualitário à ampla gama de direitos e garantias fundamentais nela contemplados.

**Bibliografia Básica:**

ALEXY, Robert. Teoria de los derechos fundamentales. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales

ÁVILA, Humberto B. Teoria dos princípios. São Paulo: Malheiros.

BARROSO, Luis Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2009.

BONAVIDES, Paulo. Direito constitucional. São Paulo: Malheiros.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. Coimbra: Almedina

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. São Paulo: Saraiva

MENDES, Gilmar Ferreira, COELHO, Inocêncio Mártires, BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. Porto Alegre.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Direitos fundamentais. São Paulo: Malheiros.

### **Bibliografia Complementar:**

YOSHIDA, Consuelo Y. M. Tutela dos interesses difusos e coletivos. 1ª ed., 2ª tiragem. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2006.

\_\_\_\_\_.; Lino Rampazzo. (Org.). O direito e a dignidade humana: aspectos éticos e socioambientais. 1ed. Campinas: Editora Alínea, 2012, v. , p. 171-189.

\_\_\_\_\_. (Org.). Recursos Hídricos: aspectos éticos, jurídicos, econômicos e socioambiental. Campinas: Alínea, 2007. v. 1.

\_\_\_\_\_. A proteção do meio ambiente e dos direitos fundamentais correlatos no sistema constitucional brasileiro. In: Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida; Flávio Ahmed; Renata Falson Cavalca. (Org.). Temas fundamentais de direitos difusos e coletivos: desafios e perspectivas. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013, v. , p. 1-66.

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade urbano-ambiental: os conflitos sociais, as questões urbanístico-ambientais e os desafios à qualidade de vida nas cidades. In: José Roberto Marques. (Org.). Sustentabilidade e temas fundamentais de direito ambiental. Campinas: Millennium, 2009, v. , p. 71-100.

\_\_\_\_\_. Responsabilidades Cívicas Solidária e Compartilhada na Gestão Público-Privada da Sustentabilidade. In: Arlindo Philippi Jr. (Org.). Direito Ambiental e Sustentabilidade. 1ed. Barueri: Manole, 2016, v. , p. 921-952

\_\_\_\_\_. Responsabilidade das instituições financeiras: da atuação reativa à atuação proativa. In OLIVEIRA, Carina C; SAMPAIO, Rômulo S. R. (Orgs). Instrumentos jurídicos para a implementação do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.